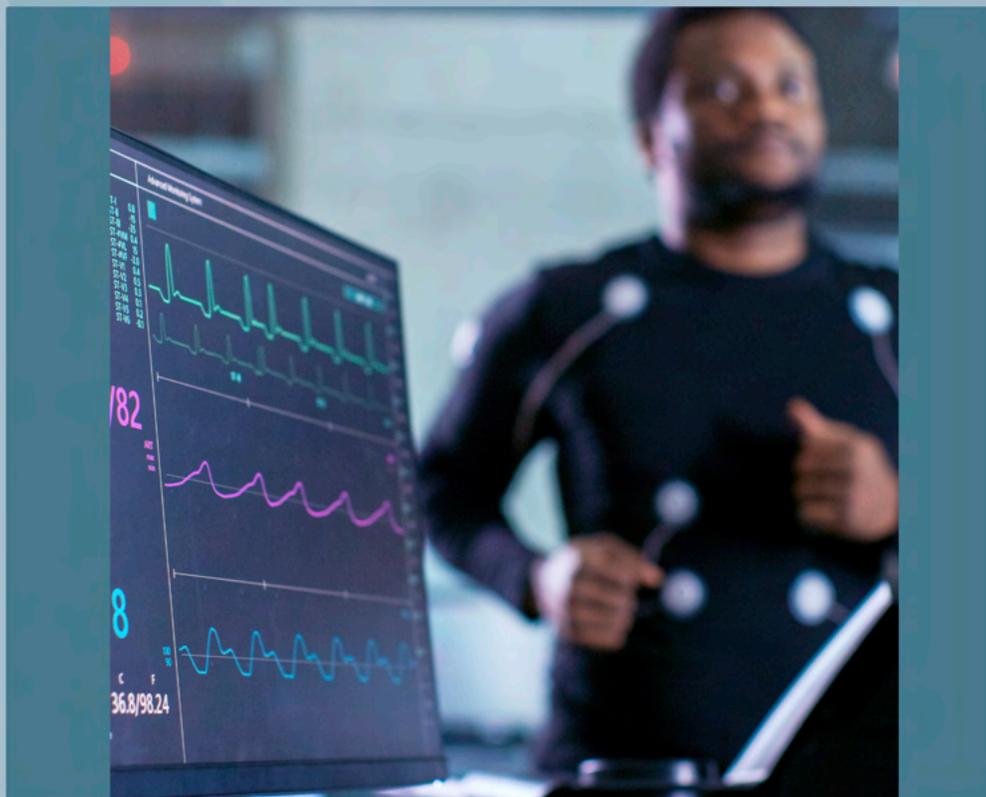


Ciências do esporte e educação física:

Pesquisas científicas inovadoras,
interdisciplinares e contextualizadas

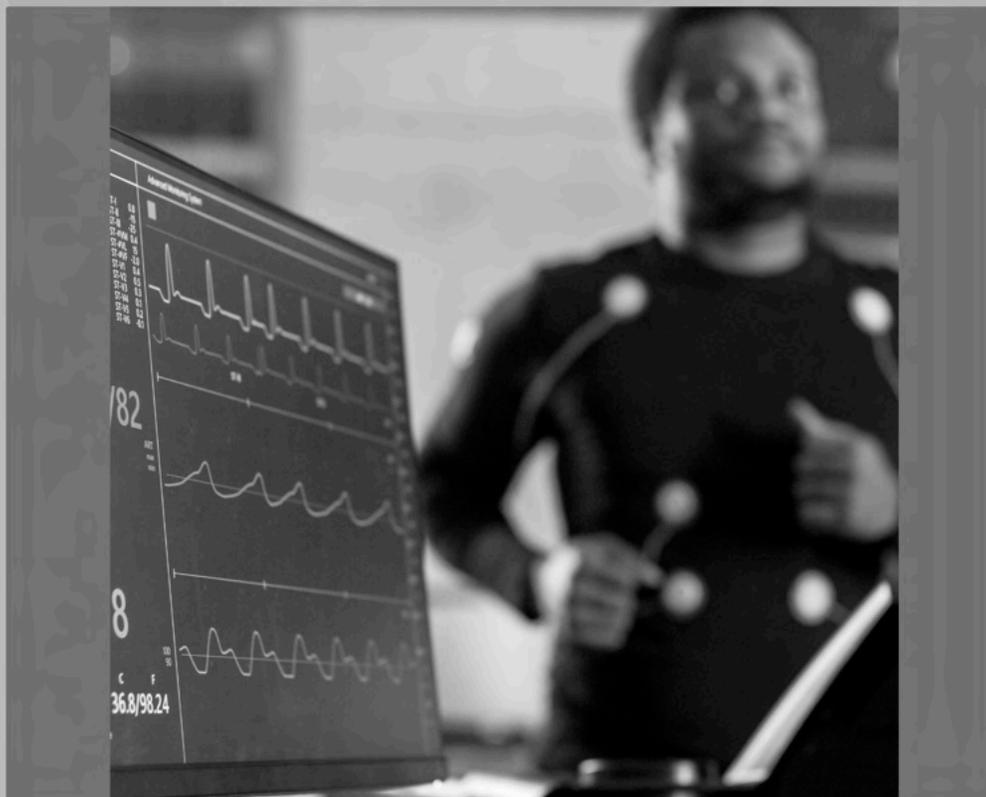


Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Ciências do esporte

e educação física: Pesquisas científicas inovadoras,
interdisciplinares e contextualizadas



Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Ciências do esporte e educação física: pesquisas científicas inovadoras,
interdisciplinares e contextualizadas**

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Lucio Marques Vieira Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências do esporte e educação física: pesquisas científicas inovadoras, interdisciplinares e contextualizadas / Organizador Lucio Marques Vieira Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-487-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.877212809>

1. Esporte. 2. Educação física. I. Souza, Lucio Marques Vieira (Organizador). II. Título.

CDD 613.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação e responsabilidade que apresentamos mais uma importante Coletânea intitulada de “Ciências do esporte e educação física: Pesquisas científicas inovadoras, interdisciplinares e contextualizadas” que reúne 21 artigos abordando vários tipos de pesquisas e metodologias que tiveram contribuições significativas de professores e acadêmicos das mais diversas instituições de Ensino Superior do Brasil.

O objetivo principal é apresentar importantes contribuições acadêmicas e para isto a obra foi dividida em 03 principais eixos temáticos: Temas na Infância e Juventude do capítulo 1 ao 5; Temas em Esportes, do capítulo 6 ao 13, e por fim Temas em Fisiologia do 14 ao 21.

Neste sentido, nos capítulos constam estudos variados que tratam de temas desde a Educação Física na Educação no Ensino Infantil e Médio, Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Down, Esportes a temas diversos na Fisiologia do Exercício. Deste modo, a presente obra contempla assuntos de grandes relevâncias.

Agradecemos a Atena Editora que proporcionou que fosse real este momento e da mesma forma convidamos você Caro Leitor para embarcar na jornada fascinante rumo ao conhecimento.

Lucio Marques Vieira Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO NA PREVENÇÃO DO SEDENTARISMO NA ADOLESCÊNCIA E NA VIDA ADULTA: UMA REVISÃO NARRATIVA

Márcia Maria de Andrade Teixeira

Livia Maria de Lima Leôncio

Marina Souza Barbosa de Mattos

Nataly Ferreira dos Santos

Gilberto Ramos Vieira

Gustavo Marques

Sâmara Bittencourt Berger

Rhowena Jane Barbosa de Matos

Lara Colognese Helegda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128091>

CAPÍTULO 2..... 12

EDUCAÇÃO FÍSICA INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: APROXIMAÇÕES

Gerson Falcão Acosta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128092>

CAPÍTULO 3..... 23

HUMANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Cidllan Silveira Gomes Faial

Eliane Ramos Pereira

Rose Mary Costa Rosa Andrade Silva

Ligia Cordeiro Matos Faial

Angélica Yolanda Bueno Bejarano Vale de Medeiros

Gislane Nunes Leitão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128093>

CAPÍTULO 4..... 36

O BRINCAR E O LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Jackson Gerson da Silva

Aline Cviatkovski

Emanueli Mendes dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128094>

CAPÍTULO 5..... 46

SCHOOL ORIENTATION INITIATION: BUENOS AIRES ARGENTINA

Beatriz Alejandra González Maveroff

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128095>

CAPÍTULO 6..... 51

**OSEFEITOSDEDOISMÉTODOSDEENSINO-APRENDIZAGEMNODESENVOLVIMENTO
TÉCNICO DA NATAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS LÚDICA E
TRADICIONAL**

Allana Julie Vilela dos Reis Silvério
Ricardo de Melo Dias
Alexandre de Souza e Silva
Jasiele Aparecida de Oliveira Silva
Fábio Vieira Lacerda
Carolina Gabriela Reis Barbosa
José Jonas de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128096>

CAPÍTULO 7..... 66

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL DE PRODUTOS EM ENTIDADES
ESPORTIVAS: OS CASOS CONMEBOL-LIBERTADORES E UEFA-*CHAMPIONS LEAGUE***

Roger Luiz Brinkmann
Ary José Rocco Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128097>

CAPÍTULO 8..... 86

**ESTRESSE, RESILIÊNCIA E QUALIDADE DE VIDA DE CADEIRANTES, PRATICANTES
OU NÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO**

Karollyni Bastos Andrade Dantas
Michael Douglas Celestino Bispo
Cleberon Franclin Tavares Costa
Mara Dantas Pereira
Darlan Tavares dos Santos
Helena Andrade Figueira
Cristiane Kelly Aquino dos Santos
Ivaldo Brandão Vieira
Cristiane Costa da Cunha Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128098>

CAPÍTULO 9..... 104

**CORRIDA DE ORIENTAÇÃO: ESTUDO COMPARATIVO DOS MODELOS DE
GOVERNANÇA CORPORATIVA NAS FEDERAÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DA
MODALIDADE NO BRASIL**

Rogério Campos
Rodrigo de Souza Poletto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8772128099>

CAPÍTULO 10..... 118

**PROPOSTA DE PRINCÍPIOS OPERACIONAIS E REGRAS DE AÇÃO DO GOLEIRO NO
FUTEBOL DE CAMPO E A IMPORTÂNCIA DE UM PROGRAMA DE TREINAMENTO QUE
ENFATIZE A TOMADA DE DECISÃO**

Pedro Henrique Pontieri Próspero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280910>

CAPÍTULO 11..... 126

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO AMAPÁ E A INCLUSÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Layana Costa Ribeiro Cardoso
Maria Denise Dourado da Silva
Dulce Maria Filgueira de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280911>

CAPÍTULO 12..... 137

GOVERNANÇA ESPORTIVA NO BRASIL

Camilla Gomes de Oliveira e Silva
Alan de Carvalho Dias Ferreira
José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280912>

CAPÍTULO 13..... 151

ESPORTE ORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Christiane Francisca Venturini Kirchof
Leandra Costa da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280913>

CAPÍTULO 14..... 164

A FORÇA MUSCULAR E RISCO CARDIOMETABÓLICO EM ADOLESCENTES COM SÍNDROME DE DOWN

Geiziane Leite Rodrigues Melo
Thiago Santos Rosa
Rodrigo Vanerson Passos Neves
Caio Victor Sousa
Luiz Humberto Rodrigues Souza
Edilson Francisco Nascimento
Graciele Massoli Rodrigues
Carmen Sílvia Grubert Campbell
Elvio Marcos Boato
Milton Rocha Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280914>

CAPÍTULO 15..... 177

ANÁLISE DO GANHO DE FORÇA ISOMÉTRICA DE MEMBROS SUPERIORES EM PRATICANTES DE ESCALADA ESPORTIVA

Alexandre de Souza e Silva
Luane Emilia Maia Mohallem
Rafael Gouveia Salomon
Carolina Gabriela Reis Barbosa
Fábio Vieira Lacerda
Jasiele Aparecida de Oliveira Silva
José Jonas de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280915>

CAPÍTULO 16..... 186

AVALIAÇÃO DA ANSIEDADE PRÉ E PÓS COMPETIÇÃO EM ATLETAS DE CARATÊ ATRAVÉS DO INVENTÁRIO DA ANSIEDADE TRAÇO-ESTADO (IDATE)

Marcus Vinicius da Costa
Edna Cristina Santos Franco
Laura Cury de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280916>

CAPÍTULO 17..... 196

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SONO DE JUDOCAS DURANTE O PROCESSO DE PERDA RÁPIDA DE PESO

Wanderson Ferreira Calado
Edna Cristina Santos Franco
Rubens Batista dos Santos Junior
Enivaldo Cordovil Rodrigues
Rodrigo da Silva Dias
Renato André Sousa da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280917>

CAPÍTULO 18..... 209

CICLO MENSTRUAL E O EXERCÍCIO FÍSICO

Raika Eduarda Rodrigues da Silva
Mário Henrique Fernandes
Lucas de Bessa Couto
Patrícia Espíndola Mota Venâncio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280918>

CAPÍTULO 19..... 218

EFEITO DO PRÉ-CONDICIONAMENTO ISQUÊMICO SOBRE O DESEMPENHO FÍSICO: O ATUAL ESTADO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Hiago Leandro Rodrigues de Souza
Rhaí André Arriel
Anderson Meireles
Géssyca Tolomeu de Oliveira
Moacir Marocolo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280919>

CAPÍTULO 20..... 236

ESTÚDIO DE TREINAMENTO PERSONALIZADO PARA GESTANTES JUIZ-FORANAS: UMA PROPOSTA DE NEGÓCIO

Eduardo Borba Salzer
Juliana Fernandes Filgueiras Meireles
Alesandra Freitas Ângelo Toledo
Aline Borba Salzer
Heglison Custódio Toledo
Polyana de Castro Silva
Maria Elisa Caputo Ferreira

Clara Mockdece Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280920>

CAPÍTULO 21..... 242

PERFIL MORFOLÓGICO DE FISCULTURISTAS AMADORES EM DIFERENTES FASES DE TREINAMENTO

Natalia Bonicontro Fonsati

Henrique Luiz Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.87721280921>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 254

ÍNDICE REMISSIVO..... 255

CAPÍTULO 12

GOVERNANÇA ESPORTIVA NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2021

Camilla Gomes de Oliveira e Silva

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Gabinete de Gestão Desportiva
<http://lattes.cnpq.br/6610982186795457>

Alan de Carvalho Dias Ferreira

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Gabinete de Gestão Desportiva.
<http://lattes.cnpq.br/0666380139180904>

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Gabinete de Gestão Desportiva.
<http://lattes.cnpq.br/0724095766945835>

RESUMO: Na tentativa de minimizar e neutralizar a má administração e a corrupção nas organizações esportivas, bem como de fortalecer e otimizar estas entidades, começam a surgir alguns movimentos por parte de agências nacionais e internacionais, independentes e de órgãos governamentais, na tentativa de criação de “boas práticas” e diretrizes a serem seguidas pelas organizações esportivas. Na realidade brasileira, existe um esforço por parte de algumas organizações para fortalecer a governança nas entidades esportivas, sendo elas o extinto Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil e as organizações Sou do Esporte e Rating Integra que premiam as entidades esportivas que se destacam nesse tema. Compreender esta realidade de forma

mais aprofundada torna-se importante, uma vez que este conhecimento pode ser relevante para organizações esportivas no Brasil e de outros países. As práticas de governança exercidas por confederações brasileiras têm as levado a obter prêmios nessa área. Estudos têm apontado que princípios como “responsabilidade social” e “controle interno”, além de “processos democráticos” e “transparência” são os que se destacam nas entidades esportivas do Brasil. Como consequência desta realidade, estão sendo criadas comissões envolvendo os principais *stakeholders* das organizações, o que fortalece o modelo de gestão. As organizações esportivas brasileiras vêm adotando as recomendações nacionais e internacionais de governança, o que pode contribuir para o desenvolvimento da gestão e da governança destas entidades e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento do esporte no país.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão Esportiva, Boas Práticas de governança; Confederações; Organizações Esportivas.

SPORTS GOVERNANCE IN BRAZIL

ABSTRACT: Aiming to minimize and neutralize bad administration and corruption in sports organizations, as well as to strengthen and optimize these entities, some initiatives have been beginning to emerge by national and international agencies, independents and government bodies, in an attempt to create “good practices” and guidelines to be followed by sports organizations. In the Brazilian reality, there is an effort on the part of some organizations to strengthen governance in sports entities, such

as the extinct Ministry of Sports, the Olympic Committee of Brazil and the Sou do Esporte and Rating Integra organizations that award outstanding sports entities in that management area. Understanding this reality in a deeper way is important, since this knowledge can be relevant for sports organizations in Brazil and other countries. The governance practices in the Brazilian confederations have led them to obtain awards in this area. Studies have shown that principles such as “social responsibility” and “internal control”, in addition to “democratic processes” and “transparency” are the ones that stand out in Brazilian sports entities. As a result of this reality, commissions are being created involving the main stakeholders of the organizations, which strengthens the management model. Brazilian sports organizations have been adopting national and international governance recommendations, which can contribute to the management development and these entities governance, consequently, it can contribute to the development of sport in the country.

KEYWORDS: Sports Management; Good Governance Practices; Confederations; Sports Organizations.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 anos a temática da governança passou a ser uma inquietação de diversos investigadores e profissionais do esporte devido aos escândalos de corrupção e fraudes nas entidades esportivas (DOWLING, 2018). Na tentativa de minimizar e neutralizar a má administração e a corrupção nas organizações esportivas, bem como de fortalecer e otimizar estas entidades, começam a surgir alguns movimentos por parte de agências nacionais e internacionais, independentes e de órgãos governamentais, na tentativa de criação de “boas práticas” e diretrizes a serem seguidas pelas organizações esportivas (CHAPPELET e MRKONJIC, 2013).

Na realidade Brasileira, existe um esforço por parte de algumas organizações para fortalecer a governança nas organizações esportivas, sendo elas o extinto Ministério do Esporte, o Comitê Olímpico do Brasil e as organizações Sou do Esporte e Rating Integra que premiam as entidades esportivas que se destacam nesse tema.

A governança esportiva é conceituada como a base estrutural para a tomada de decisão e para o desenvolvimento de uma organização esportiva, uma vez que abrange os princípios de ética, de responsabilidade social e transparência (LAM, 2014). Torna-se importante, então, compreender esta realidade de forma mais aprofundada, uma vez que este conhecimento pode ser relevante para que organizações esportivas no Brasil e de outros países conheçam as práticas de governança exercidas por entidades que as levaram a atingir níveis mais altos de governança.

2 | PRINCÍPIOS DA BOA GOVERNANÇA ESPORTIVA

Os princípios de boa governança são diretrizes norteadoras para as organizações esportivas que implementam a prática visando à eficácia da organização (HENRY e

LEE, 2004). Apesar de haver uma diversidade de nomenclatura relativa aos princípios da boa governança, autores como Haas (2019) afirmam que alguns são mais utilizados, direta ou indiretamente, como: **transparência, democracia, prestação de contas e responsabilidade.**

A seguir descrevemos tais princípios segundo organizações governamentais e não governamentais, que atuam na área de governança esportiva.

2.1 Play The Game

Play The Game é uma organização não governamental Dinamarquesa que, além de realizar um congresso anualmente na área de governança esportiva, tem por objetivo fortalecer a base ética do esporte e promover a democracia, a transparência e a liberdade de expressão no esporte (PLAYTHEGAME, 2020).

Desde 2012, a organização gerencia diversos projetos para avaliar os verdadeiros padrões de governança de federações esportivas nacionais e internacionais. Em parceria com cerca de 20 universidades, organizações esportivas e outras partes interessadas em toda a Europa, esta a *Play The Game* comandou a criação da primeira ferramenta *Sports Governance Observer* e, mais recentemente, a ferramenta *National Sports Governance Observer* para avaliar a governança de federações esportivas nacionais e internacionais (PLAYTHEGAME, 2020).

Ao longo dos anos, a organização já produziu diversos estudos sobre as práticas de boa governança e seus princípios, como o estudo de 2013, cujo tema foi a ação para a boa governança em organizações esportivas internacionais. No ano de 2018, a organização desenvolveu o seu principal estudo, *National Sports Governance Observer*, que tinha como objetivo principal ajudar e inspirar as federações esportivas nacionais a melhorar as suas práticas de governança. Chipre, Dinamarca, Bélgica (Flandres), Alemanha, Holanda, Noruega, Polônia e Romênia, Brasil e Montenegro, participaram desse estudo para avaliar as diversas federações (GEERAERT, 2018).

A *Play The Game* considera a boa governança como instrumento para alcançar um objetivo. Consoante a isso, as práticas, normas e processos burocráticos são considerados boa governança quando têm um impacto positivo em relação à eficácia e às práticas antiéticas. Dessa forma, a *Play The Game* adotou como princípios de boa governança: **(1) transparência, (2) processos democráticos, (3) responsabilidade e controle interno e, (4) responsabilidade social;** descritos a seguir.

(1) Para obter padrões de transparência, as organizações devem fazer a divulgação das atividades e o funcionamento interno a fim de possibilitar que os outros fiscalizem esses processos (MEIJER, 2014).

(2) Os processos democráticos estão relacionados à ideia de que todos os atores envolvidos na tomada de decisão possam ter direito a opinar, dialogar e votar de forma igualitária (BEXELL; TALLBERG; UHLIN, 2010).

(3) Responsabilidade e controle internos referem-se tanto à separação de poderes dentro da entidade e a um sistema de regras e procedimentos o qual garante que os funcionários cumpram as normas internas, quanto à fiscalização independente dentro da organização (GEERAERT, 2018).

(4) Responsabilidade social está relacionada à forma como a organização vai desenvolver ações que impactem positivamente todos os envolvidos, interna e externamente, e a sociedade como um todo (GEERAERT, 2018).

2.2 UK SPORT

A UK Sport, uma das principais agências esportivas do mundo, é a responsável pelo esporte de alto rendimento no Reino Unido. Ela oferece investimento estratégico por meio de receitas provenientes das loterias e do tesouro nacional para permitir que atletas olímpicos e paralímpicos da Grã-Bretanha atinjam seu potencial máximo e, para que isso se reverta em medalhas em competições internacionais (UK SPORT,2020). Em suma, sua missão é apoiar o esporte e os atletas para competirem e ganharem medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Para que os atletas consigam se desenvolver de uma forma completa, a UK dá suporte nas seguintes áreas: desempenho (investimento, avaliação, soluções); eventos (investimento, licitação, suporte); internacional (influência, desenvolvimento); governança, liderança, contabilidade financeira; ciência, medicina e tecnologia (por meio dos institutos das nações de origem) (UK SPORT,2020).

A UK Sports lançou, em 2016, uma carta aberta sobre as práticas de boa governança, descrevendo os princípios destas práticas. Em 2017, juntamente com a *Sport England*, a entidade publicou o “Código de conduta para governança esportiva” (UK SPORT e SPORT ENGLAD). Para a UK, a boa governança ajuda as entidades esportivas a alcançar resultados, impulsionando a excelência organizacional e a integridade.

Nessa carta, foram postos os seguintes princípios: **transparência, integridade, probidade financeira, liderança e tomada de decisão, filiação, independência de pensamento, diversidade e cultura**. Com o lançamento do referido código de conduta das práticas de governança, a *Sport England* e a *UK Sports* definiram os padrões de governança que se esperam de entidades esportivas no Reino Unido que buscam financiamento público. O documento contempla várias recomendações, mas o foco desta pesquisa são os princípios da boa governança por eles utilizados, agrupados nesse código. O documento reforça a importância de que as organizações, independentemente do seu tamanho, reconheçam a relevância dos princípios de boa governança.

O primeiro princípio é o da estrutura, que considera que as organizações devem ter uma estrutura de governança clara e apropriada, liderada por um Conselho que seja coletivamente responsável pelo sucesso de longo prazo da organização, exclusivamente investido do poder de liderá-la, devidamente constituído e funcionando de forma eficaz.

O segundo refere-se às pessoas. Para o código, as organizações devem ser

constituídas por um grupo de profissionais diversos e com capacidade, conhecimento e experiência a fim de que a instituição possa tomar suas decisões de forma eficaz para atingir os seus objetivos.

O terceiro princípio, a comunicação, deve ser embasada na transparência, fornecendo informações sobre o que a instituição vem realizando de forma clara e de fácil acesso para que todas os *stakeholders* possam entender e se envolver com a organização.

O quarto princípio diz respeito aos padrões e à conduta que as organizações devem manter e estabelecer, tais como a integridade o engajamento com atividades regulares e a avaliação eficaz na busca de uma constante melhoria.

O quinto e último princípio abrange as políticas e os processos, cuja base são: a legislação, as questões voltadas à responsabilidade financeira, bem como procedimentos e processos de gestão bem estabelecidos e gerenciamento de riscos.

2.3 Australian Sports Commission

A *Australian Sports Commission* (ASC) é a agência do governo australiano responsável por apoiar e investir no esporte. Criada em 1985, é gerenciada por um conselho, que decide sobre a distribuição dos recursos e as políticas de desenvolvimento do esporte (SPORTAUS,2020).

Devido aos avanços da governança esportiva na última década e, ainda, com o intuito de contribuir para que as organizações esportivas possam proporcionar experiências mais positivas e com mais regularidade, em 2020 esta entidade atualizou os seus princípios de Governança, adotando os seguintes princípios: **o espírito do jogo, a equipe, o plano de jogo, os jogadores, o registro, *playbook*, a defesa, o melhor e o mais justo e o *scorecard***. Nesse novo documento, a educação foi relacionada aos princípios da boa governança. Esses princípios podem ser aplicados em todo o setor esportivo australiano, desde os pequenos clubes às organizações nacionais. Entretanto, as especificidades tendem a ser mais aplicáveis ao contexto das entidades esportivas nacionais (AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION,2020).

O documento da ASC descreve o conceito de governança, da governança voltada para o esporte e apresenta **nove princípios** a serem seguidos:

- (1) **o espírito do jogo** — conduzido por valores, cultura e comportamentos;
- (2) **a equipe** — esporte alinhado por meio da governança colaborativa;
- (3) **o plano de jogo** — uma visão clara que informe a estratégia;
- (4) **os jogadores** — uma equipe diversa para o processo de tomada de decisões;
- (5) **o registro** — documentos que descrevem deveres, poderes, funções e responsabilidades;
- (6) ***playbook*** — processos bem definidos que garantem responsabilidade e transparência;

(7) **a defesa** — um sistema que protege a organização;

(8) **o melhor e o mais justo** - um sistema para assegurar a integridade;

(9) **o scorecard** — sistemas incorporados de revisão interna para promover a melhoria contínua.

Relativamente ao pilar “espírito do jogo” — conduzido por valores, cultura e comportamentos —, a ASC considera que as pessoas são fundamentais para a formulação de políticas e da estrutura de governança, pois essas ações só têm impacto se forem implementadas, concordadas e executadas pelas pessoas que constituem a entidade. A governança é influenciada pela cultura, assim como a governança impacta na cultura. Por exemplo, os líderes de uma organização, um conselho e seus diretores podem influenciar a cultura e os comportamentos definindo e alterando os valores organizacionais, o que também ocorre na forma como os conselhos se relacionam com o CEO e como são tomadas as decisões (AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION,2020).

No princípio intitulado “a equipe” — o esporte deve ser desenvolvido por meio da governança colaborativa, as entidades esportivas devem se adequar ao ambiente externo e atender às novas necessidades. Neste princípio, verifica-se a importância de o conselho trabalhar de uma forma colaborativa para governar de forma que atenda às necessidades de todos; criar alinhamento para otimizar o uso eficiente de recursos e implemente planos esportivos inteiros.

O terceiro princípio, “o plano de jogo” — diz respeito a uma visão clara que informe a estratégia, é alusivo à visão, missão e estratégia dentro da organização, além da relação do conselho em construir uma boa estratégia para alcançar os seus objetivos e escutar os envolvidos. Nessa estratégia, a entidade tem de estabelecer, para todas as partes interessadas, de forma clara, como esses objetivos serão alcançados.

Com base no quarto princípio, “os jogadores” — diz respeito à diversidade de pessoas habilitadas para a tomada de decisões. Na prática, significa que um grupo diversificado será formado para que haja diferentes pontos de vista e de que seja tomada a decisão mais assertiva.

O quinto princípio, “o registro” – diz que por meio de documentos devem estar descritos os deveres, poderes, funções e responsabilidades, a entidade deve descrever, de forma clara e transparente, sua estrutura e suas funções. Já segundo o sexto princípio, “o *playbook*”, a organização precisa demonstrar procedimentos eficientes sobre transparência e a prestação de contas para todas as partes interessadas.

O sétimo refere-se à “defesa”, que visa à proteção da organização contra danos, mostrando necessário à organização ter processos robustos e sistemáticos para gerir os riscos. Já conforme o oitavo princípio, chamado de “o melhor e o mais justo”, a organização precisa ter medidas e protocolos para garantir a integridade do esporte e de seus respectivos participantes. Por fim, o nono princípio, “o *scorecard*”, trata da necessidade

de a organização ter um sistema apropriado de controles internos que permita monitorar o desempenho, acompanhar o progresso em relação à estratégia e tratar as questões preocupantes (AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION, 2020).

O que podemos observar é que os princípios de boa governança estão mais relacionados às ações, com exemplos bastante claros de como a organização deve se estruturar em termos de governança. Destaque-se que, ainda no mesmo ano, a *Australian Sports Commission* lançou o *The Sport Governance Standards* (SGS), com normas sobre a governança esportiva, sendo possível mensurar, tanto por parte da comissão quanto das organizações esportivas, a eficácia e a eficiência dos seus procedimentos de governança.

3 I GOVERNANÇA ESPORTIVA NO BRASIL

No Brasil, o antigo Ministério do Esporte, órgão que era responsável pelo fomento, desenvolvimento e controle do esporte, lançou, em 2018, um documento para auxiliar as organizações nacionais, principalmente as confederações esportivas nacionais, a seguirem práticas de boa governança baseada na legislação brasileira, mais especificamente na Lei Pelé 9615/1998 (BRASIL, 1998).

Nessa cartilha constam os princípios de boa governança e as recomendações para as entidades esportivas seguirem e, por conseguinte, melhorarem seu nível de governança. Os princípios adotados por esse documento foram: transparência e controle social, democracia e equidade, prestação de contas e responsabilidade.

Na realidade brasileira, quando se fala em transparência e controle social, a indicação é a publicação de todas as informações que sejam de interesse público, não somente questões de caráter financeiro, mas também as que contenham informações da estrutura organizacional, seus planejamentos e reuniões. Ainda sobre a transparência, a legislação brasileira reforça este princípio nos termos do art. 18-A, inc. IV e VIII, da Lei 9615/1998:

IV - Sejam transparentes na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão.

Art. 18-A. VIII - Garantam a todos os associados e filiados acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta.

No princípio da democracia e equidade estão relacionadas a viabilidade do acesso ao poder, a alternância nos cargos dos conselhos e a representação dos atores interessados como, por exemplo, comissão de atletas, clubes, árbitros e patrocinadores. A legislação obriga que exista uma representação dos atletas, além de suas respectivas participações no colegiado de decisões, e que todos os filiados tenham direito a voto com

pesos diferenciados se estiver previsto no seu estatuto (BRASIL, 1998).

Na prestação de contas, as entidades esportivas têm obrigação de prestar conta sobre os recursos que foram repassados, demonstrando bom uso, bem como a responsabilidade de consolidar esse processo, deixando-o transparente por meio de relatórios financeiros. O conselho fiscal é o principal órgão regulador deste princípio.

Já a responsabilidade diz respeito ao desenvolvimento sustentável da organização, tendo como requisitos a responsabilidade com o esporte em todas suas dimensões, o gerenciamento dos recursos, as formas de relacionamento e o impacto a todos os *stakeholders*, bem como ao tratamento de temas sensíveis perante a sociedade e a comunidade esportiva.

No Brasil, também surgiu um movimento por partes de instituições não governamentais na perspectiva de premiar e reconhecer as organizações esportivas que se destacassem no quesito governança. Em 2015, surgiu a organização “Sou do Esporte”, uma entidade sem fins lucrativos, que opera de forma a integrar atletas, entidades esportivas, poder público e o setor privado, tendo como objetivo massificar o esporte de desenvolvimento e estimular as boas práticas e a governança no esporte brasileiro. Essa entidade é precursora na América Latina em criar um prêmio de governança esportiva.

Seu método de avaliação é composto por cinco vetores que constituem os princípios básicos de boa governança, quais sejam: **transparência, equidade, prestação de contas, integridade institucional e modernização**. Segundo o método do “Sou Do Esporte”, cada um destes princípios é avaliado segundo um conjunto de indicadores, somando um total de 156. Depois de analisar cada indicador, realiza-se um cálculo gerando uma nota final por organização. As informações recolhidas e avaliadas pela organização baseiam-se nas informações disponíveis nos *sites* das entidades.

A “Sou do Esporte” trabalha em parceria com a instituição *Play The Games* em um estudo cujo objetivo é analisar a evolução dos países no que tange à governança do esporte, com uma matriz internacional desenvolvida com a participação de mais de 20 países (SOU DO ESPORTE, 2019).

Outro prêmio ainda mais recente, criado também no Brasil, é o *Rating Integra*. Este prêmio surge na esfera do Pacto pelo Esporte a fim de promover uma parceria entre empresas que patrocinam o esporte brasileiro e tem o objetivo de contribuir para a cultura e as práticas de governança, integridade e transparência do segmento esportivo, sendo incentivado por organizações como “Atletas pelo Brasil”, “Instituto Ethos” e pela “LIDE Esporte”, com o apoio de “Mattos Filho Advogados”. Além desses, são realizadores do *Rating Integra* o Comitê Brasileiro de Clubes, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (ETHOS, 2019).

O *Rating Integra* está dividido em três grandes dimensões:

- (1) governança e gestão;
- (2) controles internos, riscos e conformidade;

e, (3) transparência.

Cada tópico tem suas subcategorias:

- (1) **Governança e gestão:** constituição da entidade e órgãos colegiados; gestão organizacional.
- (2) **Controles internos, riscos e conformidade:** mecanismos de controle e prestação de contas.
- (3) **Transparência:** transparência e comunicação.

A partir dessas áreas são formados 19 indicadores, compostos por questões binárias e divididas por estágios. Os estágios têm cinco etapas: conformidade, iniciativas pontuais, políticas internas, aperfeiçoamento contínuo e liderança. Dentro de cada fase, são tratados os assuntos por ordem crescente: legislação, se a entidade desenvolve iniciativas e implementa práticas correntes, se a organização adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores, se a instituição adota políticas formalizadas e implementa processos para promover valores e, no último estágio, se a confederação, clube ou federação passou por transformações e inovações para a geração de valores e atualização de suas práticas. Segundo o guia do *Rating*, até o terceiro estágio, todas as entidades respondem. Entretanto, os estágios quatro e cinco são respondidos somente por entidades de médio e grande porte.

Em outra iniciativa brasileira, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) criou em 2017 o Programa de Gestão, Ética e Transparência (GET), cujo objetivo é dar o suporte no aprimoramento da gestão das confederações de esportes olímpicos do Brasil, com ênfase na governança, ética e transparência. O COB, por meio desse programa, atende aos interesses de todas as partes envolvidas com o esporte, as quais estão cada vez mais rigorosas para saber como os recursos estão sendo utilizados e geridos. Além disso, o GET agora tem um peso maior para determinar o repasse da verba do Comitê para as Confederações (COB, 2020).

O Programa do COB foi construído numa plataforma on-line, segmentado por áreas do conhecimento, pelo orçamento das entidades esportivas e também por níveis de maturidade. Na área do conhecimento, constam 345 perguntas divididas pelos temas de governança, estratégia, transparência, processos, suportes e *compliance*. Já na parte dos graus de maturidade, temos: inicial, conhecido, padronizado, gerenciado e otimizado.

No nível inicial, a instituição tem os requisitos mínimos para sua existência. No segundo passo, que é o conhecido, a organização conhece os processos, porém estes não são sistematizados. Na etapa da padronização, os processos são mapeados, formalizados e com uma política definida. No gerenciado, o processo é padronizado com avaliação de performance e, no otimizado, o processo é eficiente, com vistas a buscar ações de aperfeiçoamento. Além disso, as Confederações são agrupadas de acordo com o seu orçamento anual: até R\$ 10.000.000,00 é considerada de pequeno porte, até R\$

50.000.000,00 médio porte e grande porte acima de R\$ 50.000.000,01.

As práticas de boa governança quando aplicadas dentro de uma organização torna essa entidade credível perante a todos os agentes envolvidos, podendo contribuir para uma gestão mais eficiente e sólida.

Nos últimos anos o Brasil avançou muito no quesito governança dentro das organizações esportivas, mas ainda tem um longo caminho a percorrer. A iniciativa por parte dessas organizações não governamentais tem estimulado uma concorrência saudável entre as confederações. Historicamente as confederações nacionais e federações estaduais foram gerencia da estrutura do voluntariado e muito da pessoalidade com o avanço dos princípios da boa governança força essas entidades se tornarem mais profissionais e por conseguinte o desenvolvimento da modalidade em todas as suas dimensões.

4 | UM CASO PRÁTICO DE ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA (CBTM)

Num estudo realizado em 2020, Silva tinha o objetivo de compreender as práticas de governança exercidas na Confederação Brasileira de Tênis de mesa (CBTM) que a levaram a obter prêmios nesta área. Para avaliar as práticas de governança, neste estudo, foram adotadas como categorias os princípios de boa governança da organização *Play The Games*, baseada no seu estudo *National Sports Governance Observer* (NSGO) em federações esportivas (GEERAERT, 2018).

Os resultados do trabalho demonstraram que, dentro das subcategorias identificadas, o princípio com maior ocorrência foi o de “**responsabilidade e controle interno**”, seguido pela **democracia, transparência** e, por último, pela **responsabilidade social**.

Para Shilbury e Ferkins (2011), à medida que as organizações esportivas se profissionalizam, existe a necessidade de equilibrar as responsabilidades. Ao verificar o princípio da responsabilidade e do controle interno na CBTM, vê-se que há um foco na separação dos poderes, de acordo com um dos dirigentes da entidade:

“o pilar inicial foi a reformulação, acho que é praticamente a constituição da organização. Então, teve uma série de mudanças ali para trazer melhor equilíbrio aos poderes, inclusive novas instituições, como o conselho de administração, para divisão melhor do poder e das tomadas de decisões.”

Hoye e Cuskelly (2007), dizem que os papéis da diretoria e da equipe devem ser claros referentemente a todas as suas estratégias e atividades a desempenhar. Esse resultado está de acordo com os achados de Silva (2020), visto que a CBTM vem estruturando uma rotina de reuniões para padronizar os processos decisórios “... o comitê executivo se reúne uma vez por mês com as gerências e avalia os reportes mensais que as gerências fazem.” Para mitigar alguns riscos que toda organização possui, a CBTM fez um mapeamento de todos os seus riscos e mantém o acompanhamento.

Outro fator importante relacionado à responsabilidade e ao controle interno destacado

na CBTM foi a construção de um plano de ação que busca melhorar as documentações, capacitações, processos internos e a modernização dentro da entidade. Além disso, foi implementado um sistema de indicadores individuais e coletivos.

Referentemente à prestação de contas, a CBTM apresenta suas demonstrações financeiras e registros contábeis por meio de uma auditoria independente e as publica em seu *site*. Além disso, a entidade conta com um sistema que repassa automaticamente recursos financeiros para a conta de entidades responsáveis pela realização de competições (SILVA, 2020). Nesse aspecto, a CBTM está completamente de acordo com as recomendações do guia nacional das boas práticas de governança (BRASIL, 2018).

Na dimensão dos processos democráticos, verificou-se na CBTM: a inserção da comissão de atletas, treinadores, árbitros; e a inclusão dos representantes dos clubes que disputam o absoluto A e B do campeonato brasileiro com direito a voto na eleição. No que diz respeito a essas comissões, a organização vem buscando integrá-las de forma mais ativa e não só apenas no processo eleitoral, mas também nos processos decisórios. Por exemplo, “a comissão de atleta participa das assembleias gerais e acompanha as decisões mais da organização.” Além disso, a comissão de atletas está bastante presente nas questões relacionadas aos calendários e regulamentos de competições. Segundo o CEO, “acho que a CBTM foi a primeira confederação a trazer esse *stakeholder*...o desenvolvimento do esporte passa muito pelo quadro de arbitragem sólido.” (SILVA, 2020).

Neste contexto, para Ferkins & Shilbury (2015), a participação das partes interessadas de uma forma estruturada pode ser bastante importante para o ambiente da governança esportiva, principalmente na direção da tomada de decisão da organização do conselho e na constituição deste.

A segunda questão que vem sendo trabalhada pela CBTM é a descentralização do poder. Um ponto pertinente descrito neste aspecto por Silva (2020) foi a importância de abrir mão do poder para que a entidade possa ter mais transparência e atingir mais o interesse de todos os seus envolvidos. Os gestores entrevistados apontam que “o pilar que melhor vem se destacado [...] acho que o caminho que estamos seguindo de processos de decisão mais compartilhadas com outras instâncias [...] não só mais ter o presidente a tomar as decisões.”

Haas e Barros (2018), dentro do *National Sports Governance Observer* (NSGO), estudaram 6 confederações esportivas no Brasil. De forma geral, as organizações brasileiras tiveram uma nota de 33% no pilar da democracia, que, segundo a avaliação dos autores, é um percentual fraco. No estudo referido, há alguns destaques, entre os quais o fato de 100% das confederações terem comissão de atletas. Por sua vez, quanto aos outros *stakeholders*, essa porcentagem diminuiu. Entretanto, identificou-se que a CBTM integrou uma comissão para os principais *stakeholders* envolvidos diretamente com o tênis de mesa (SILVA, 2020).

Em relação à transparência, segundo Silva (2020), a CBTM vem desenvolvendo

as comunicações, principalmente fazendo uso do *site* oficial, com a divulgação de todas as reuniões, documentações, balancetes financeiros e informações que sejam relevantes para a comunidade esportiva do tênis de mesa brasileiro. Esses dados são divulgados de forma transparente e são de fácil acesso no *site*. De acordo com os princípios propostos por NOSG (2018), assim como conforme as recomendações da cartilha brasileira (BRASIL, 2018), a CBTM vem aplicando os requisitos de transparência ressaltando-se que, para o presidente, este é um dos princípios em que a entidade mais vem se desenvolvendo.

Um outro fato encontrado é que a CBTM está dando muita ênfase à estruturação de toda a documentação (SILVA, 2020). Esta documentação trata de: ato normativo de regulamentação do processo eleitoral; Código de prevenção ao abuso e assédio sexual no ambiente esportivo; Normativo de trabalho para profissionais voluntários e autônomos da CBTM; Política de autolavagem de dinheiro e anticorrupção; Política de gestão de riscos; Controles Internos e conformidade; Política sobre conflito de interesses; Regimento interno da CBTM; Manual de arbitragem; Manual de gestão das federações estaduais, ligas regionais e clubes; Regimento interno da comissão de árbitros; Regimento interno da comissão de atletas; Regimento interno da comissão de treinadores; Manual para a organização de eventos da CBTM; Regimento interno do conselho de ética; Cartilha sobre apostas esportivas; Manual de gestão e compras da CBTM; Plano de seleções olímpicas, plano de seleções paralímpicas; Regimento interno do conselho de administração; Manual do novo parceiro; Planejamento Estratégico; e, Regimento interno da assembleia geral.

É importante ressaltar que, de acordo com a avaliação da “Sou do Esporte”, no pilar da transparência, a CBTM vem crescendo na sua pontuação nos últimos anos. Também segundo os dados do GET (2020) do Comitê Olímpico do Brasil, a CBTM, pelo segundo ano consecutivo, foi a organização esportiva campeã nesse requisito (COB,2019).

Quanto ao princípio da responsabilidade social, foi implantado o “Coletivo *ping-pong*”, que usa os aspectos esportivos para falar de áreas importantes da sociedade envolvendo os seus setes pilares, entre os quais “a participação feminina mais efetiva envolve o perfil da modalidade, a democratização, a gente trabalha o esporte olímpico e paralímpico, crianças e idosos.” O coletivo vem sendo muito pautado por trabalho de comunicação com uma *web* série de diálogos, destacando-se algumas temáticas que já foram abordadas, como “racismo, inclusão social e mulheres no esporte.” (SILVA, 2020).

Outra vertente, dentro do “Coletivo *ping-pong*”, é o financiamento coletivo. A CBTM criou uma plataforma no seu *site* onde qualquer pessoa da sua comunidade esportiva possa criar um projeto e buscar apoios. Por meio desta plataforma o ganha publicidade e pode receber apoio de qualquer usuário, uma espécie de *crowdfunding*¹ (SILVA, 2020).

Haas e Barros (2018), no que diz respeito à responsabilidade social, verificaram que

¹ Financiamento coletivo, também conhecido como *crowdfunding*, consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa.

foi a dimensão onde as confederações obtiveram menores notas. Entretanto, em relação ao *doping*, os resultados foram positivos. Identificou-se também, de acordo com a fala dos gestores, que, de todos os atletas filiados, “apenas 20% são do sexo feminino, a gente precisa aumentar bastante e nós queremos evoluir neste aspecto.” A CBTM, assim, já identificou que existe uma discrepância entre o número de práticas do sexo feminino para o masculino, razão pela qual pretende trabalhar nesse aspecto. No entanto, não foram identificadas ações específicas para essa questão (SILVA, 2020).

A CBTM vem adotando as recomendações nacionais e internacionais de governança, sendo que a dimensão mais desenvolvida pela CBTM foi a responsabilidade e o controle interno, principalmente pela separação dos poderes e o esclarecimento do papel da diretoria, mapeamento dos riscos e a prestação de contas. Como consequência, verificou-se que os prêmios (Sou do Esporte, Rating Integra e GET têm estimulado a CBTM a buscar o desenvolvimento na área das práticas de governança de uma forma mais efetiva, e decorrente disso, gera um novo posicionamento onde a organização passa ser reconhecida no âmbito nacional como uma entidade comprometida com os princípios de boa governança.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION. **Sport Governance Principles**. Belconnen, Australia: Author. 2020.

BEXELL, M., TALLBERG, J., & UHLIN, A. Democracy in global governance: The Promises and Pitfalls of Transnational Actors. **Source: Global Governance**, Vol. 16, n. 1 Jan.–Mar. 2010, pp. 81-101.

BRASIL. Lei no 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 136, n. 57-E, p. 1, 25 mar. 1998.

BRASIL. **Cartilha de governança em entidades esportivas** *Lei 9.615/98*. Ministério do Esporte. Responsáveis técnicos Fernando Marinho Mezzadri ... [et al.]. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília, 2018.

CHAPPELET, J.L.; MRKONJIC, M. **Existing governance principles in sport: A review of published literature**. In J. Alm (Ed.), *Action for good governance in international sports*, 2013.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Programa GET**. 2019. Consul. 15/10/2019, disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/transparencia/gestao-e-estrategia/programa-get>

DOWLING, M.; LEOPKEY, B.; SMITH, L. Governance in sport: a scoping review. **Journal of sport management**, 35, 438-451. 2018.

ETHOS. **Rating Integra**. 2019. Consult. 19 Set de 2020. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/projetos/integridade/acordos-setoriais/#.W0ioBNJKJIU>

FERKINS, L., SHILBURY, D. **The Stakeholder Dilemma in Sport Governance: Toward the Notion of “Stakeowner**. *Journal of Sport Management*. 29, 93-108. 2015. <http://dx.doi.org/10.1123/JSM.2013-0182>

GEERAERT, Arnout. **National Sports Governance Observer**. *Final report*. Aarhus: Play the Game: Danish Institute for Sports Studies. 2018. Disponível em: <https://soudoesporte.org/wp-content/uploads/2019/11/national-sports-governance-observer-final-report-1.pdf>

HAAS, L, H.; BARROS, L, F, M. **Country Report Brazil**. In. Geeraert, A. (ed.) *National Sports Governance Observer. Final report*. Aarhus: Play the Game: Danish Institute for Sports Studies,2018.

HAAS, L, H. Governance. CORREIA, A.; BISCAIA, R. (Ed.) **Gestão do Desporto: compreender para gerir**. Lisboa :Faculdade de Motricidade Humana – Universidade de Lisboa,2019.

HENRY, I.; LEE, P, C. Governance and ethics in sport. In S. Chadwick & J. Beech (Eds.), **The business of sport management** (pp. 25–41). Harlow, UK: Pearson Education,2004.

HOYE, R. **Sport governance**. In R. Hoye & M. M. Parent (Eds.), *Handbook of sport management* (pp. 9– 23). London: Sage, 2017.

MEIJER, Albert. Transparency. In M. Bovens, R.E. Goodin & T. Schillemans (Eds.), **The Oxford Handbook of public accountability** (pp. 507—24). Oxford: Oxford University Press, 2014.

SILVA, C, G, O. **A governança desportiva na confederação brasileira de tênis de mesa: um estudo de caso**. Dissertação (mestrado em gestão desportiva) - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Portugal.2020.

SOU DO ESPORTE. **Governança**.2019. Consult. 12/09/2020, disponível em: https://soudoesporte.org/wp-content/uploads/2019/11/ResumoFinal_Pre%CC%82mio_2018-1.pdf

SPORTAUS. **Governance**. 2020. Consul 13/05/2020. Disponível <https://www.sportaus.gov.au/governance>

UK SPORT; SPORT ENGLAD. **A code for sports governance**, Reino Unido, junho de 2016

UKSPORT. **Structure**. 2020. Consul 10/04/2020. Disponível <https://www.uksport.gov.uk/>

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. N. B. de. **A prática da orientação na geografia escolar: da vertente esportiva à pedagógica**. Pindorama – Revista Eletrônica Científica do IFBA, Eunálopis, a. 3, n. 3, jul./dez., p. 107-123, 2012.

BASTOS, L, S. **O Esporte Orientação como um dos Conteúdos da Educação Física Escolar**. UFSM, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular** Proposta Preliminar. Abril de 2016.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997,128p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes, ano XIX Número 48, Agosto de 1999.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO. **Introdução Técnica da Orientação de Precisão**. 2010 disponível em: <https://www.cbo.org.br/assets/gerenciador/CBO/Regras/1%20-%20Regras/06.%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Precis%C3%A3o.pdf>

DORNELLES, J. O. F. **O percurso de Orientação**. 2ª edição. Santa Maria: Editora Palotti, 2007.

FERREIRA, Vanja. **Educação Física: Interdisciplinaridade, Aprendizagem e Inclusão**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

GERHARDT, Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

KIRCHHOF, C.F.V. **O Esporte Orientação como Conteúdo da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos – EJA**. UFSM, 2017.

LEMOS, P. R. A. et al. **Corrida de orientação: vivências em comunidade de vulnerabilidade social**. Coleção Pesquisa em Educação Física, Jundiaí, v.7, n. 1, p. 205-210, 2008.

METZNER, A.C. **Educação Física, formação inicial de professores e o mercado de trabalho**. Santa Maria | v. 41 | n. 3 | p. 645-656 | set./dez. 2016

PAOLI, P.B. **Jogos Recreativos Aplicados ao Futebol – Vídeo-curso**. BD Empreendimentos – Canal Quatro – Universidade Federal de Viçosa, 2001

PASSINI, Carlos Giovanni Delevati; DANTAS, Mário. **Disciplina de Orientação e o Currículo de Educação Física do Ensino Superior**. Uma Inclusão Necessária. Resumo da dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações datado de 09/12/2003

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIZANI, J. **A formação inicial em Educação Física no estado do Paraná e o perfil dos cursos de Licenciatura e Bacharelado**. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual do Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, 2011.

SILVA, et.al. **Legal, Incrível e Educativo: Orientação na Escola para Crianças de 6 a 12 anos**. Guia do Professor. S/D

WEIS, S. F. S. D. **Atividades na natureza como conteúdo da Educação Física escolar: o caso da orientação**. UFSM, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem lúdica 52, 56, 57, 60, 63, 64

Abordagem tradicional 52, 60

Administração esportiva 104

Adolescentes 12, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 21, 25, 131, 132, 133, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 188

Ansiedade Pré-Competitiva 187, 193, 195

Autismo 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 167

B

Boas Práticas de governança 104, 106, 107, 109, 111, 114, 115, 137, 147

Brincar 10, 16, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 54

C

Ciclo menstrual 13, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 228

Composição corporal 166, 171, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 253

Comunicação Organizacional 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 81, 83

Confederações 68, 76, 80, 83, 117, 137, 143, 145, 146, 147, 149

Crianças 10, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 102, 110, 128, 131, 132, 133, 148, 163, 165, 172, 174, 239

Currículo 2, 10, 24, 25, 26, 27, 44, 151, 161, 163

D

Desempenho Atlético 219

Desempenho Físico Funcional 178

E

Educação Especial 10, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 254

Educação Física 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 51, 54, 64, 65, 66, 85, 92, 99, 104, 115, 117, 118, 124, 127, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 177, 184, 186, 195, 196, 206, 207, 209, 217, 229, 239, 241, 254

Educação Física Escolar 2, 9, 10, 11, 23, 24, 26, 30, 34, 152, 153, 158, 162, 254

Educação Física Infantil 10, 12, 13, 15, 20, 22

Efeito Ergogênico 219, 227

Efeito Placebo 219, 228

Ensino Médio 10, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Entidades esportivas 11, 66, 67, 68, 70, 75, 76, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149

Escalada 12, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Esporte 2, 9, 11, 12, 6, 7, 10, 25, 30, 31, 33, 34, 47, 48, 53, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 115, 118, 119, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 178, 179, 183, 184, 187, 188, 190, 195, 196, 197, 199, 206, 207, 219, 240, 241, 242, 243, 244, 251, 252, 253, 254

Esporte Orientação 12, 48, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162

Esportes de Combate 186, 187, 192, 196, 206

Estado da arte 35, 219

Estresse Fisiológico 87

Exercícios Físicos 3, 5, 89, 95, 209, 210, 211, 212, 238, 244

F

Fisiculturismo 242, 243, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 252

Força Muscular 12, 164, 165, 166, 172, 173, 174, 178, 179, 181, 184, 217

Força Muscular Isométrica 165, 181

Formação Docente 12, 13, 21

Formação Inicial 12, 3, 20, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163

Futebol 11, 30, 31, 32, 66, 67, 69, 74, 76, 77, 78, 79, 83, 85, 89, 99, 106, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 152, 155, 162, 218, 221, 222, 225, 246

G

Gestante 237, 238

Gestão 5, 10, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 85, 106, 107, 109, 111, 113, 114, 116, 117, 129, 136, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 237, 241, 254

Gestão Esportiva 117, 137

Goleiro 11, 32, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125

I

Idate 13, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194

J

Judô 111, 115, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 206, 207

L

Lazer 12, 6, 14, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 152, 159, 206

Lúdico 10, 20, 36, 37, 39, 41, 42, 44, 51, 54, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 153, 156

M

Metodologias de ensino 52, 53, 152

Mulheres 53, 128, 148, 172, 196, 199, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 222, 228, 236, 237, 238, 247, 250

N

Natação 11, 33, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 93, 131, 203, 218, 221, 222, 224, 226

Negócios 72, 106, 236, 237, 238, 239, 240, 241

O

Organizações Esportivas 68, 69, 71, 72, 83, 117, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 146

P

Paratleta 87

Perda rápida de peso 13, 196, 197, 198, 204, 206, 207

Políticas Públicas 12, 5, 6, 7, 21, 96, 126, 127, 128, 129, 131, 134

Populações Tradicionais 12, 126, 128, 129, 133

Preensão Palmar 171, 173

Princípios operacionais 11, 118, 120, 121, 124

Q

Qualidade de vida 11, 2, 3, 6, 8, 15, 19, 36, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 96, 99, 100, 102, 128, 131, 187, 207, 213, 215, 216, 239

Qualidade do sono 13, 196, 197, 198, 200, 203, 204, 207, 208

R

Regras de ação 11, 118, 120, 121, 124, 125

Relacionamento Humano 30, 31

Resiliência Psicológica 87, 99

S

Sedentarismo 10, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Síndrome de Down 9, 12, 164, 165, 167

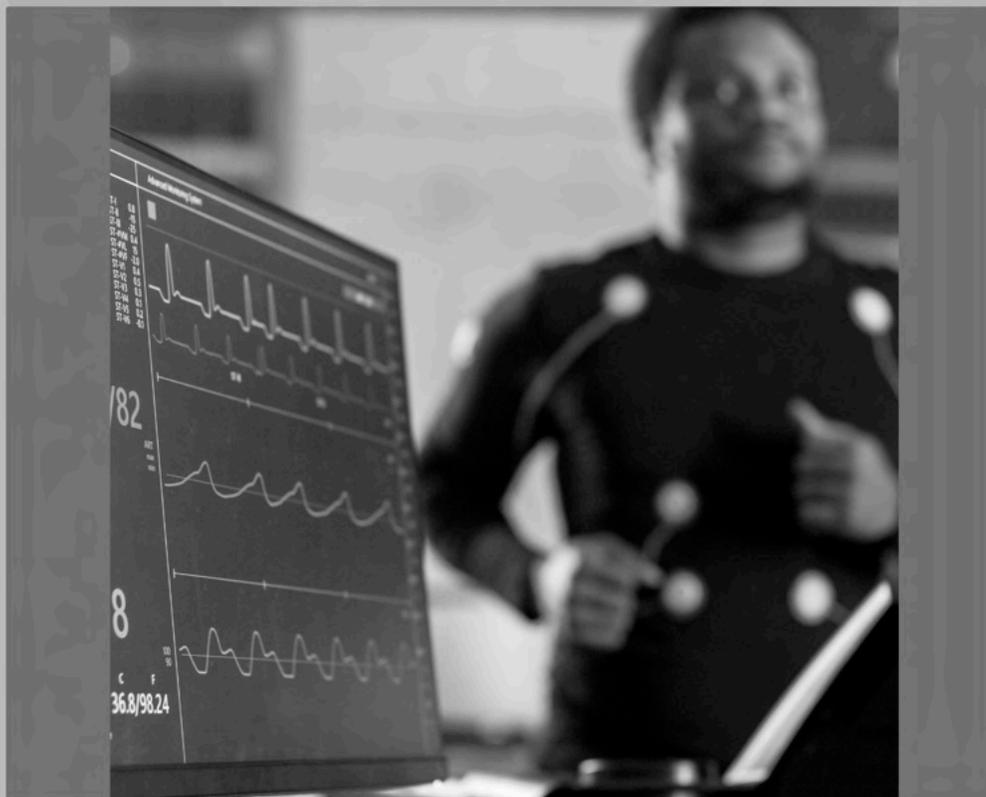
T

Tomada de decisão 11, 118, 122, 123, 124, 138, 139, 140, 147, 155, 183

Treinamento Personalizado 13, 236

Ciências do esporte

e educação física: Pesquisas científicas inovadoras,
interdisciplinares e contextualizadas

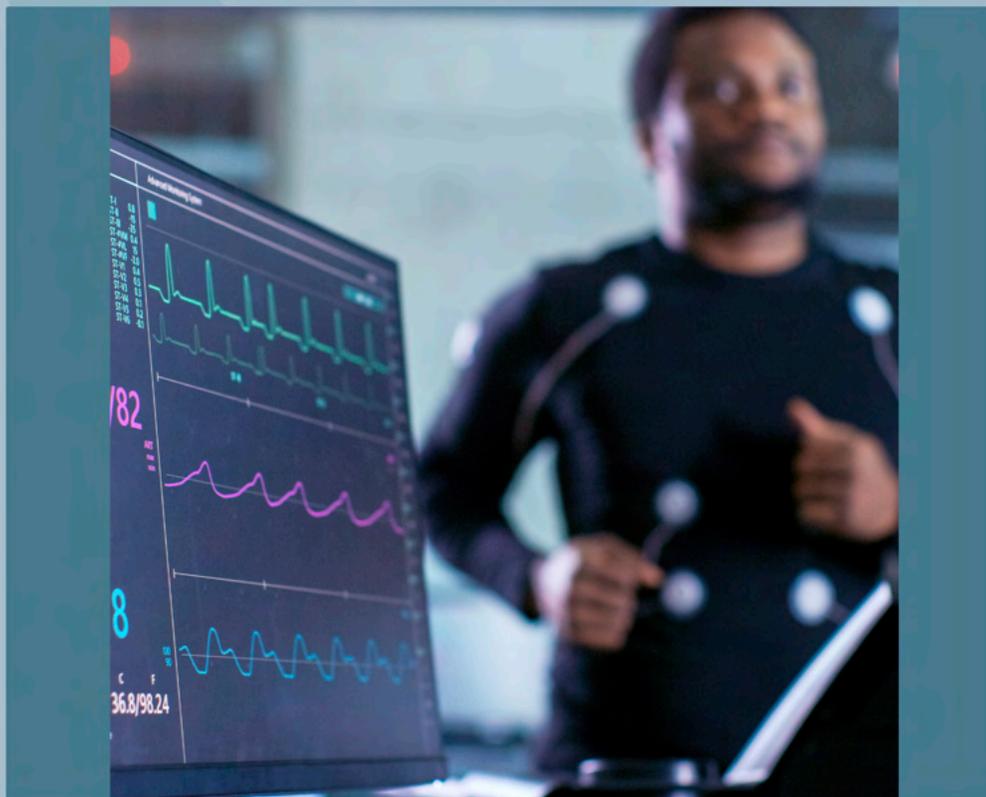


- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Ciências do esporte

e educação física: Pesquisas científicas inovadoras, interdisciplinares e contextualizadas



- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021